



Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

Ao Presidente da B3 – Brasil Bolsa Balcão S.A. (B3)
Sr. Gilson Finkelsztain

REF.: Denúncia pública de racismo estrutural de responsabilidade da B3

Excelentíssimo Presidente,

A EDUCAFRO é uma entidade que trabalha intensamente pela diversidade e inclusão racial. Somos uma das organizações ativas mais antigas do movimento negro brasileiro com acúmulos de conhecimento e contribuições históricas na luta por equidade para a população negra. Com o intuito de avançar no combate ao racismo estrutural e construir espaços de diálogo nas instituições que influenciam o desenvolvimento econômico do país, apresentamos esta denúncia pública de racismo estrutural de responsabilidade da B3.

A economia brasileira está entre as 10 maiores e estima-se que a B3 esteja entre as 20 maiores bolsas de valores do mundo. Notadamente, é a mais influente da América Latina e está entre as principais dos países emergentes, tendo uma grande influência e responsabilidade no crescimento das empresas da região e por sua vez do desenvolvimento do país.

De acordo com o portal da instituição, a B3 é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo. Entre as suas principais atividades, a listagem de empresas e a admissão destas à negociação dos valores mobiliários é uma das mais importantes. Além do segmento básico de listagem, a B3 possui segmentos especiais relacionados a níveis diferenciados de governança corporativa. “Essa diferenciação, iniciada em 2000, com o lançamento do Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa”. A criação destes segmentos buscou atrair investidores e desenvolver o mercado de capitais. Decorreu de suas competências autorregulatórias, autorizadas por lei e por instrução normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A B3 estabeleceu também como causa institucional o objetivo de potencializar o crescimento do Brasil, “junto aos clientes e a sociedade”. Contudo, de qual sociedade a B3 está falando?

As desigualdades existentes em nosso país são inúmeras, históricas e estruturais. De acordo com o relatório de 2019 do PNUD, o Brasil é o 7º país mais desigual do mundo. Se considerarmos a concentração de renda, o Brasil está na 2ª posição, atrás apenas do Catar. Devido ao legado da escravidão, estas desigualdades afetam mais a população negra e ainda mais intensamente as mulheres negras. Em pesquisa do Instituto Locomotiva de 2020, os negros ocupam mais posições precárias e com menor renda. Trabalhadores negros ganham em média 76% a menos do que os não negros, além de compor a maioria dos desempregados no país. Considerando esta realidade, o que a B3 tem feito para a parte da sociedade que representa aproximadamente 56% da população brasileira?

A B3 tem sido completamente omissa em relação ao racismo estrutural e às desigualdades raciais. Apesar de ser a principal entidade administradora do mercado de capitais e da sua responsabilidade por estabelecer as condições e parâmetros de governança e gestão para inúmeras empresas, não observa o dispositivo constitucional no qual estabelece que o sistema financeiro nacional “é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem...”. Considerando as posições que o Brasil está em alguns rankings econômicos e de desigualdade, a B3 parece estar tendo mais resultados em potencializar a concentração de renda do que promover o desenvolvimento econômico do país de forma equilibrada, considerando todo os interesses da sociedade, principalmente de negros e mulheres.



Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

Não faltam embasamentos jurídicos e muito menos estudos para orientar a atuação reguladora da B3 de forma a rever os parâmetros de governança corporativa. Apesar da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial de 1965, da Constituição Federal de 1988, da Declaração de Durban de 2001, estudos sobre a produtividade de empresas diversas e inclusivas da McKinsey and Co., do Wall Street Journal e da Michael Page, das políticas afirmativas das últimas duas décadas e os recentes protestos globais antirracistas, a B3, como principal entidade administradora do mercado de capitais e no exercício de sua função autorreguladora, é indiferente, omissa e negligente com a equidade racial, especialmente no que tange os regramentos de boas práticas de governança corporativa para as maiores empresas no Brasil.

A falta do estabelecimento de exigências normativas, autoriza a perpetuação do racismo e das desigualdades raciais nas empresas listadas. O fato de existirem segmentos diferenciados de governança corporativa, com regras mais sofisticadas e exigentes, mas que não disciplinam em nada a atuação da empresas para a equidade racial, revela um cenário crítico e insustentável, que impacta a vida de milhares de pessoas negras que atuam nestas organizações e limita o acesso de outros negros às oportunidades de trabalho nos diversos níveis hierárquicos organizacionais. Ao longo das últimas décadas, a governança corporativa no mundo avançou em razão de diversos escândalos de grande repercussão e crises financeiras. Contudo, é gravíssima e escandalosa a postura omissa, apática e silente de soluções efetivas da principal entidade do mercado financeiro, frente à crise global sobre as desigualdades raciais e os protestos antirracistas em curso no mundo.

A B3 nasceu em 23 de agosto de 1890, dois anos após a abolição da escravatura. Na época, foi criada para apoiar bancos, companhias e proprietários de terras com créditos e negociação de títulos. Apesar deste ano e mês a organização completar 130 anos de existência, desde o início das suas atividades com a Bolsa Livre, não apenas ignorou absolutamente os efeitos deletérios do sistema escravocrata, como vem há mais de um século promovendo o crescimento econômico de apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira. Mesmo com todos as leis brasileiras, tratados internacionais, pesquisas, assassinatos como de George Floyd e protestos antirracistas no Brasil e em diversos países, a B3 há 130 anos criou uma sociedade à parte, na qual segue obtendo resultados efetivos na concentração de renda, na perpetuação do racismo e na manutenção de desigualdades raciais e de gênero no Brasil.

Ao mesmo tempo que reconhecemos a importância da B3 para economia do país consideramos urgente a atualização dos regramentos de governança corporativa e a construção junto à sociedade civil organizada de caminhos efetivos para o combate ao racismo institucional nas empresas e a promoção da equidade racial e de gênero no mercado profissional. Nesse contexto, solicitamos uma reunião para escutar o posicionamento da B3, e sobretudo, dialogar sobre a construção de uma agenda de trabalho. O nosso foco é para que haja uma contribuição da B3 para redução das desigualdades raciais estruturais com estímulo ao crescimento inclusivo do país, a partir da elaboração de recomendações objetivas para promoção de equidade racial e de gênero. Sugerimos os dias 19, 20 ou 21 de agosto. Aguardamos o retorno.

Cordialmente,

São Paulo, 17 de agosto de 2020.



Frei David Santos OFM
Fundador e Diretor Executivo da Educafro



Handemba Mutana Poli dos Santos
Consultor de governança corporativa e
desenvolvimento inclusivo da Educafro